

EDcl no RECURSO ESPECIAL nº 1726845 - RS (2018/0038673-2)

RELATOR : MIN. OG FERNANDES

EMBARGANTE : ALIBEM ALIMENTOS S.A
ADVOGADOS : JOÃO JOAQUIM MARTINELLI - SC003210
: GUSTAVO DUARTE DA SILVA GOULART - RS040749
: CARLOS EDUARDO DOMINGUES AMORIM - RS040881
: OSEAS AGUIAR E OUTRO(S) - RS050256
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Alibem Alimentos S.A. opõe embargos de declaração e requer a sustação de carta de cobrança em face de provimento jurisdicional proferido nos autos em epígrafe.

As razões tecidas nos embargos questionam a admissibilidade do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional, e a tutela provisória pleiteada refere-se à cobrança iminente pelo fisco no valor de R\$ 801.825,69 (vencimento em 20/2/2019).

Decido.

Ao analisar o agravo interno no REsp 1.599.945/RS, no qual também se discute o termo *a quo* da correção monetária de créditos escriturais, cancelei a decisão que dava provimento ao recurso fazendário e determinei o retorno dos autos à origem, visto que o tema foi submetido ao rito dos recursos repetitivos, pendente de julgamento na Primeira Seção (REsp 1.767.945/RS, 1.768.060/RS e 1.768.415/SC; Tema 1.003).

Asseverei, na oportunidade:

Em complemento, há de ser anulada a decisão agravada, com a perda de objeto da tutela provisória requerida e do presente agravo interno, não se justificando, diante do quadro, a cobrança antecipada pelo fisco. Aliás, em caso análogo, o Excelentíssimo Senhor Ministro Benedito Gonçalves deferiu medida liminar com a consideração de que (REsp 1.737.903/PR):

[...] mostra-se evidente a plausibilidade do direito invocado, na medida em que se observa que o Presidente da Comissão Gestora de Precedentes do Superior Tribunal de Justiça, destacou o Recurso Especial 1.768.415/SC, entre outros, para admissibilidade como representativo da controvérsia, e que, por proposta do Relator, Ministro Sérgio Kukina, encontra-se em votação no sistema eletrônico deste Tribunal. Ademais, frise-se a insegurança jurídica afirmada pela requerente, em virtude da existência de dois precedentes da Primeira Seção do STJ, julgados em período inferior ao prazo de cinco anos, em sentido contrário (sem afetação à sistemática dos Recursos Repetitivos). Soma-se a isso o fato de que presente o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, em virtude da iminência de vencimento do prazo para pagamento da referida carta cobrança.

Ante o exposto, **defiro o pedido para suspender a carta cobrança** n. 185-2018, veiculada no Processo Administrativo n. 10940.723178/2018-01, até nova análise da demanda por este Relator.

No caso dos autos, acrescento a razoável ponderação da parte adversa acerca da aplicabilidade da Súmula 284/STF ao apelo nobre interposto.

Por uma ou por outra razão, e pela necessidade de se aguardar as providências contidas no art. 1.024 do CPC/2015, ficam, por ora, obstados os efeitos da decisão de e-STJ, fls. 826-828, até ulterior deliberação.

Em decorrência da natureza infringente do recurso aviado, conheço dos aclaratórios como agravo interno, determinando à insurgente que, em 5 dias, complemente as razões recursais, nos termos do art. 1.024, § 3º, do CPC/2015.

Após, manifeste-se a parte contrária no prazo previsto no art. 1.021, § 2º, do mesmo diploma legal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO OG FERNANDES
Relator